



SECRETARIA DE ESTADO DA
ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2024

MANHÃ

**CURSO DE FORMAÇÃO DE ESPECIALISTA EM
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL
- MÓDULO 4**

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **30 (trinta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **2 (duas) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento do cartão resposta;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão resposta;
- Para o preenchimento do cartão resposta use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados no cartão resposta;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão resposta, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do cartão resposta. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão resposta em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão resposta;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

1

Dentre as opções abaixo, assinale a alternativa que contempla o tipo de orçamento público que tem como finalidade principal aquilo que é realizado, fundamentado em ações e metas planejadas.

- (A) Orçamento de Desempenho.
- (B) Orçamento Base Zero.
- (C) Orçamento Programa.
- (D) Orçamento Tradicional.
- (E) Nenhuma das anteriores.

2

A Constituição Federal proíbe, ressalvados os casos nela previstos, vincular receitas decorrentes de tributos a órgão, fundo ou despesa. No estudo do orçamento público, essa vedação é conhecida como princípio da:

- (A) Unidade.
- (B) Exclusividade.
- (C) Não Afetação.
- (D) Universalidade.
- (E) Nenhuma das anteriores.

3

Acerca dos três instrumentos de planejamento que compõem o sistema orçamentário brasileiro, marque a alternativa **incorreta**:

- (A) A Lei Orçamentária Anual deverá conter, dentre outras exigências, as alterações da legislação tributária.
- (B) Os parâmetros de elaboração do orçamento são estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) O Plano Plurianual estabelecerá os programas de duração continuada.
- (D) A Lei Orçamentária Anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.
- (E) A vigência do Plano Plurianual é encerrada no primeiro ano do mandato do chefe do Poder Executivo, mesmo se houver reeleição.

4

Acerca do estágio da arrecadação da receita pública, marque a alternativa correta.

- (A) Diz respeito ao valor depositado diretamente pelo contribuinte na conta do respectivo Tesouro.
- (B) Refere-se ao reconhecimento e identificação dos dados do contribuinte.
- (C) Corresponde ao momento em que o contribuinte vai ao banco efetuar o pagamento do tributo.
- (D) É o momento do depósito do valor do tributo na conta do Tesouro.
- (E) Diz respeito ao intervalo entre o lançamento e o pagamento do tributo.

5

Assinale a alternativa correta em relação à classificação funcional da despesa pública:

- (A) É aquela que procura mostrar em que área de ação governamental a despesa será realizada, ou seja, a categoria econômica e o grupo de elemento de despesas.
- (B) É aquela que identifica quem realiza a despesa pública, facilitando a identificação do responsável.
- (C) É aquela que indica em que área de ação governamental a despesa será realizada, sendo padronizada pela Secretaria do Orçamento Federal para todos os entes federativos.
- (D) É aquela cuja função é identificar para que a despesa será realizada, ou seja, a sua finalidade.
- (E) Nenhuma das anteriores.

6

A Lei Complementar n° 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma norma que adota regras para as finanças públicas dos entes estatais brasileiros, estando baseada nos seguintes pilares:

- (A) Controle, Equilíbrio, Transparência e Responsabilização.
- (B) Transparência, Planejamento, Equilíbrio e Controle.
- (C) Planejamento, Transparência, Controle e Responsabilização.
- (D) Gestão, Transparência, Planejamento e Controle.
- (E) Planejamento, Equilíbrio, Responsabilização e Participação Popular.

Captação de Recursos

7

De acordo com o Decreto nº 11.271/2022, que dispõe sobre a Rede de Parcerias e sobre as transferências da União, são consideradas formas de parceria para captação de recursos:

- (A) Convênios, contratos de repasse, termos de execução descentralizada, contratos administrativos e outros instrumentos congêneres utilizados para a transferência de recursos da União e cooperação a título gratuito.
- (B) Contratos administrativos, concessões, permissões e parcerias público-privadas regidas pela Lei nº 14.133/2021 e execução de recursos provenientes de renúncia fiscal.
- (C) Transferência de recursos financeiros, acordos internacionais, termos de ajustamento de conduta e contratos de terceirização de serviços.
- (D) Exclusivamente convênios firmados entre a União e entidades privadas com fins lucrativos.
- (E) Transferência de recursos financeiros, descentralização de créditos orçamentários, aquisição e doação de bens materiais ou serviços, execução de recursos provenientes de renúncia fiscal e a cooperação a título gratuito.

8

Conforme a Constituição Federal de 1988, especialmente o disposto no art. 166, são consideradas emendas impositivas ao orçamento

- (A) as emendas individuais e as emendas de bancada estadual, cuja execução orçamentária e financeira é obrigatória, observados os limites e condições constitucionais.
- (B) apenas as emendas individuais apresentadas por parlamentares, sendo facultativa a execução das emendas de bancada.
- (C) as emendas de comissão e as emendas de relator, com execução obrigatória pelo Poder Executivo.
- (D) exclusivamente as emendas de bancada estadual, desde que destinadas a projetos estruturantes.
- (E) todas as emendas parlamentares aprovadas na Lei Orçamentária Anual, independentemente de sua natureza.

Compras, Contratos e Licitações

9

Diferentemente da Lei nº 8.666/93, a Lei nº 14.133/2021 pontuou acerca da governança das contratações, de maneira a impor à alta administração do órgão a responsabilidade por sua implementação a partir de ações e condutas previstas em seu art. 11. Assinale a alternativa que contempla um ou mais atos de governança:

- (A) Assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico, independentemente das leis orçamentárias.
- (B) Avaliar e direcionar os processos licitatórios e monitorar apenas os contratos respectivos.
- (C) Promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.
- (D) Buscar sempre o menor preço nas compras de bens, serviços e obras de engenharia.
- (E) Assegurar contratações com sobrepreço e com preços manifestamente inexequíveis.

10

Sobre as grandes etapas das compras públicas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A etapa de preparação da contratação tende a ser a mais morosa, em face da quantidade de artefatos a serem produzidos, tais como os estudos técnicos preliminares e o termo de referência, os quais norteiam a seleção do fornecedor e a execução contratual.
- (B) O edital é produzido durante a fase de preparação, embora seja comum o pregoeiro, condutor do certame, editá-lo e assiná-lo.
- (C) O levantamento de mercado, realizado durante o ETP, consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.
- (D) A pesquisa de preços pode ocorrer em quaisquer das etapas da contratação, uma vez que se trata de mecanismo de aferição do comportamento do mercado.
- (E) A execução contratual é a terceira etapa da contratação na qual se dá realização do objeto preparado e posto em disputa perante licitantes interessados. De tal modo, uma vez assinado, o contrato não poderá sofrer alterações, sob pena de incoerência em relação às fases antecedentes.

11

Acerca das contratações diretas, assinale a opção correta:

- (A) O decreto do Presidente da República pode atualizar o valor da dispensa de licitação. No entanto, tal alteração alcança apenas as compras feitas pela União. Os demais entes federativos devem editar seus próprios normativos para isso.
- (B) A inexigibilidade de licitação é prevista em lei a partir de hipóteses exemplificativas. Assim, identificada uma situação de inviabilidade de competição não tipificada nos incisos do art. 74, o fundamento legal para a contratação deverá repousar sobre o caput.
- (C) A dispensa de licitação é obrigatória. De tal modo, configurado um caso de dispensa, necessariamente, a licitação não ocorrerá.
- (D) A razão da escolha do fornecedor e a justificativa de preço são os únicos requisitos que todo processo de contratação direta deve contemplar.
- (E) Uma vez caracterizada hipótese de contratação emergencial, é possível adquirir bens além do necessário para solucionar a emergência.

12

Acerca dos contratos administrativos assinale a alternativa correta:

- (A) A Administração Pública possui prerrogativas em face dos contratos administrativos, tais como a possibilidade de alterá-los unilateralmente, extingui-los unilateralmente, fiscalizá-los e aplicar sanções. No entanto, não é permitido, em nenhuma hipótese, ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato.
- (B) A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem. Tal extinção pode ocorrer a qualquer tempo em face da posição superior da Administração em relação ao contratado.
- (C) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal, no entanto, não poderá contar com o auxílio do assessoramento jurídico, o qual fica restrito a manifestar-se apenas nas situações de prorrogação e aditivo contratual.
- (D) A subcontratação é admitida livremente. Uma vez vencida a licitação e firmado o contrato administrativo, o contratado possui ampla liberdade de execução, o que inclui a possibilidade de subcontratação da parte mais relevante do objeto.
- (E) O reequilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos é gênero do qual decorrem três espécies: reajuste, revisão e repactuação.

13

A respeito da seleção do fornecedor é correto dizer que

- (A) o agente de contratação é o condutor do certame, ao passo que o pregoeiro é o responsável por prestar-lhe auxílio durante a sessão de licitação.
- (B) a Lei nº 14.133/2021 não admite a exigência de garantia de proposta, uma vez que isso geraria uma barreira de entrada, impedindo a ampla competição.
- (C) a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim definidas em edital, conforme critério livremente escolhido pela equipe de planejamento da contratação.
- (D) durante o julgamento das propostas, prevalece a ideia de que o condutor do certame deve procurar aproveitar os documentos sanáveis. Apenas o que for insanável gera a desclassificação da proposta.
- (E) uma das mais destacadas novidades da Lei nº 14.133/2021 foi a eliminação da intenção de recurso, em razão de sua morosidade que tornava mais burocrático o processo de contratação pública.

Contabilidade Pública

14

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em sua evolução histórica influenciada pela Lei 4.320/64 e pelas NBCASPs, compartilha a mesma essência teórica da contabilidade comercial, diferenciando-se principalmente pelo ambiente institucional e pelos seus objetivos específicos. Considerando essa premissa, assinale a alternativa que corretamente define seu núcleo essencial e seu princípio contábil basilar característico:

- (A) Sistema de informação que, aplicando a teoria patrimonialista comum a todas as entidades, tem como objetivo central fornecer informações úteis para a prestação de contas (accountability) e a gestão dos recursos públicos. Para atingir esse duplo objetivo, opera sistemas complementares: um patrimonial (regido pelo princípio da competência) e um orçamentário (com lógica própria de reconhecimento vinculada à execução da lei orçamentária).
- (B) Conjunto de técnicas de escrituração cujo objetivo principal é assegurar o controle legal dos gastos públicos, diferindo da contabilidade comercial por adotar exclusivamente o regime de caixa como princípio contábil fundamental, em atendimento à natureza vinculada do orçamento público.
- (C) Metodologia distinta da contabilidade empresarial, que rejeita o conceito de patrimônio líquido e adota como princípio fundamental a neutralidade orçamentária, focando na demonstração da legalidade dos atos de gestão, sem preocupação com a análise econômico-financeira.
- (D) Ramo autônomo da contabilidade que tem como princípio basilar o equilíbrio financeiro anual, visando demonstrar a capacidade do ente público em gerar "superávits operacionais" análogos ao lucro das empresas, para fins de avaliação de eficiência.
- (E) Instrumento de registro dos fatos contábeis que, embora utilize a mesma estrutura de débito e crédito da contabilidade comercial, tem seu princípio fundamental na obediência estrita à classificação da despesa por elemento, sendo seu objetivo final a emissão dos balanços financeiro e orçamentário.

15

Considerando as normas da administração pública (Lei nº 4.320/1964, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e NBC TSP), ao confrontar o inventário físico com os registros contábeis patrimoniais e constatar que determinados bens do ativo imobilizado não foram localizados, configurando divergência quantitativa, o procedimento que assegura a correção técnico-contábil e patrimonial legalmente adequada é

- elaborar um termo de ajuste no sistema patrimonial para equalizar os saldos, registrar a baixa como despesa extraorçamentária e atualizar a ficha de controle do bem.
- elaborar processo administrativo de baixa patrimonial, com autorização expressa do ordenador de despesa após apuração de responsabilidade, efetuar a baixa contábil no sistema patrimonial e registrar a contrapartida em conta de resultado (Variações Patrimoniais Diminutivas).
- manter o registro contábil inalterado até a próxima depreciação, solicitar abertura de crédito adicional para suprir a falta e comunicar o fato apenas ao órgão central de patrimônio.
- ajustar o valor contábil dos bens remanescentes para distribuir proporcionalmente a diferença, sem efetuar baixa específica, e não realizar lançamento no sistema de compensação.
- registrar a divergência em conta específica de "ajustes de inventário" no sistema patrimonial, sem promover a baixa do bem, e proceder à aquisição de novos itens como reposição automática.

16

O modelo das "Três Linhas de Defesa" é uma estrutura internacionalmente reconhecida para organizar os mecanismos de controle e governança nas organizações. Considerando sua aplicação geral, assinale a alternativa que descreve corretamente as características de cada linha.

- A primeira linha é formada por funções especializadas de controle (como compliance); a segunda linha pelos gestores operacionais; e a terceira linha pela auditoria interna, que supervisiona as duas anteriores.
- A primeira linha corresponde aos gestores operacionais, responsáveis por executar atividades e implementar controles básicos; a segunda linha é composta por funções que monitoram riscos e dão suporte ao controle (como compliance); e a terceira linha é exercida pela auditoria interna, que avalia de forma independente a eficácia das duas primeiras.
- A primeira linha é exercida pela auditoria interna; a segunda linha pelos órgãos de controle externo; e a terceira linha pelos gestores operacionais, configurando uma hierarquia inversa de responsabilidades.
- As três linhas são exercidas simultaneamente por todos os níveis da organização, sem distinção clara de papéis, sendo a auditoria interna responsável por coordenar todo o sistema de forma integrada.
- A primeira linha é focada exclusivamente na prevenção de fraudes; a segunda linha na detecção de erros; e a terceira linha na correção de problemas, formando um ciclo contínuo de melhoria.

17

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) organiza as contas contábeis em oito classes, agrupadas em três naturezas de informação: Patrimonial (classes 1 a 4), Orçamentária (classes 5 e 6) e Controle (classes 7 e 8).

Considerando essa estrutura e as regras de integridade do PCASP, que determinam que os lançamentos devem ser realizados dentro da mesma natureza de informação, relacione as colunas abaixo, associando cada fato contábil à respectiva natureza da informação:

Sequência de Fatos Contábeis

- Registro da previsão da receita e da fixação da despesa autorizada na Lei Orçamentária Anual.
- Reconhecimento mensal da depreciação de um bem do ativo imobilizado.
- Aquisição de um veículo com pagamento à vista.
- Assinatura de um contrato de fornecimento de materiais com vigência de 12 meses, antes do início da execução contratual.

Sequência de Natureza da Informação

- () Natureza Patrimonial – fato permutativo.
 () Natureza Orçamentária.
 () Natureza Patrimonial – Variação Patrimonial Diminutiva (VPD).
 () Natureza de Controle.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- 3 – 1 – 2 – 4
- 2 – 1 – 3 – 4
- 1 – 3 – 2 – 4
- 3 – 2 – 1 – 4
- 4 – 1 – 2 – 3

18

A Prestação de Contas e a Tomada de Contas Especial (TCE) são instrumentos fundamentais do sistema de controle da administração pública federal, disciplinados pela Lei nº 4.320/64, pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Sobre os procedimentos, requisitos e consequências desses institutos, assinale a alternativa correta:

- A Prestação de Contas anual é facultativa para as autarquias e fundações públicas, sendo exigida apenas para a administração direta, desde que tenham movimentado recursos acima de R\$ 10 milhões no exercício.
- A Tomada de Contas Especial (TCE) é instaurada de forma imediata e obrigatória sempre que houver indícios de irregularidade, independentemente do valor do dano ou da existência de prestação de contas tempestiva, dispensando-se a notificação prévia do responsável.
- O dever de prestar contas alcança qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos, sob pena de impossibilidade de celebrar novos convênios e de inscrição em cadastros de inadimplentes.
- A Tomada de Contas Especial é instaurada exclusivamente pelos Tribunais de Contas, que detêm competência privativa para identificar o dano, quantificar o débito e citar os responsáveis, cabendo ao órgão repassador apenas a função de prestar informações.
- O julgamento das contas anuais dos Chefes do Poder Executivo é realizado diretamente pelo Tribunal de Contas competente, com decisão de caráter terminativo e vinculante, não sendo necessária a apreciação do Poder Legislativo.

19

A execução orçamentária da despesa pública obedece a estágios legalmente definidos pela Lei nº 4.320/1964, os quais possuem reflexos contábeis específicos nos subsistemas orçamentário e patrimonial, além de repercussões no âmbito do controle interno e externo.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- (A) O empenho da despesa é ato administrativo que cria obrigação de pagamento para o Estado, sendo dispensada, para sua validade, a indicação do credor e a especificação do objeto, desde que haja prévia dotação orçamentária suficiente e o ordenador de despesas justifique a urgência da contratação.
- (B) A liquidação da despesa consiste no pagamento efetivo ao credor, após a verificação do direito adquirido, sendo este o momento em que se encerra a execução orçamentária e se extingue a obrigação do Estado, com o conseqüente registro da baixa do passivo.
- (C) A inscrição de despesas em restos a pagar não processados exige, além do empenho regularmente emitido, a comprovação do adimplemento da obrigação pelo credor, dispensando-se a indicação formal do ordenador de despesas quando se tratar de despesas contratuais plurianuais.
- (D) O empenho da despesa constitui o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/64.
- (E) As despesas de exercícios anteriores (DEA) independem de dotação orçamentária específica, bastando o reconhecimento da dívida pelo ordenador de despesas para que possam ser pagas à conta de dotação genérica destinada a despesas correntes, desde que o fato gerador tenha ocorrido há menos de cinco exercícios.

Gestão de Pessoas

20

A transição para a Administração Pública Gerencial reposicionou a avaliação de desempenho, deslocando-a de um instrumento de controle de processos para uma ferramenta de gestão estratégica. Nesse novo cenário, a mensuração do desempenho individual e institucional enfrenta o desafio de conciliar a legalidade com a eficiência.

Assinale a alternativa que melhor descreve a finalidade contemporânea e os critérios adequados para um sistema de gestão de desempenho no setor público:

- (A) O sistema deve priorizar a verificação do cumprimento estrito das rotinas e horários, uma vez que a impessoalidade administrativa exige critérios objetivos e quantificáveis, reduzindo a margem para análises qualitativas que poderiam ser interpretadas como perseguição ou favoritismo.
- (B) A gestão do desempenho tem como premissa a criação de um ambiente de competitividade interna, utilizando a comparação direta entre os resultados dos servidores como principal motor para o aumento da produtividade e para a definição de promoções por mérito.
- (C) O processo deve articular as competências individuais com o planejamento estratégico do órgão, funcionando como um instrumento diagnóstico para identificar necessidades de capacitação e alinhar as entregas do servidor à geração de valor para a sociedade.
- (D) A eficácia da avaliação depende da vinculação direta e imediata dos resultados a incentivos financeiros variáveis, assumindo que a recompensa pecuniária constitui o fator determinante para o engajamento do servidor e para a melhoria da qualidade do serviço prestado.
- (E) A avaliação deve concentrar-se na análise descendente (da chefia para o subordinado), garantindo que a visão institucional da liderança prevaleça sobre outras perspectivas, assegurando assim a coesão da equipe e a manutenção da hierarquia funcional necessária ao serviço público.

21

A Escola de Governo da SEAD está orientando os gestores sobre o novo ciclo de Planos de Desenvolvimento Individuais (PDIs). Ricardo, Superintendente, precisa elaborar os planos de sua equipe, que reúne servidores recém-chegados e outros com muitos anos de experiência. Diante disso, ele procura a equipe técnica da Escola de Governo com a seguinte dúvida:

“Tenho gente que acabou de entrar e gente que está aqui há 20 anos. Com essa nova política, como eu devo definir o que entra no plano de cada um?”

A orientação que a Escola de Governo deve oferecer a Ricardo, alinhada às práticas modernas de gestão é:

- (A) “Ricardo, para evitar problemas de comprovação depois, priorize no PDI apenas cursos oficiais da Escola que emitam certificado. Atividades como leituras, trocas de experiência ou grupos de estudo até podem ajudar, mas não devem constar no documento formal porque não temos como validar.”
- (B) “Ricardo, o ideal é conversar individualmente com cada servidor e construir o plano de forma conjunta. Avaliem as lacunas de competência e definam um conjunto variado de ações: cursos formais, mentorias com colegas mais experientes, participação em projetos, visitas a outros setores e estudo orientado.”
- (C) “Ricardo, como gestor, você conhece as demandas do setor. Por isso, você mesmo deve definir o conteúdo dos PDIs, preenchendo os planos previamente e deixando para os servidores apenas a assinatura.”
- (D) “Ricardo, para garantir igualdade entre todos, o mais adequado é padronizar. Independentemente do tempo de casa ou das funções, todos devem fazer os mesmos cursos e ter acesso aos mesmos materiais.”
- (E) “Ricardo, o desenvolvimento é uma responsabilidade individual. Deixe que cada servidor escolha os cursos externos que deseja fazer e entregue o PDI pronto. Sua atuação deve ser apenas de aprovação formal, sem interferir no conteúdo.”

22

Uma unidade governamental registra aumento persistente do absenteísmo e queda na qualidade das entregas. O diagnóstico organizacional indicou que as equipes, embora tecnicamente qualificadas, percebem um desalinhamento entre o esforço despendido e o valor público das entregas. Identificou-se também que a fragmentação dos processos compromete a visão integrada das atividades e enfraquece a compreensão do propósito coletivo. Considerando a necessidade de enfrentar as causas estruturais desse cenário e de promover a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) de forma sustentável, a Alta Gestão deve:

- (A) Promover análise coletiva da organização do trabalho, envolvendo as equipes no redesenho dos fluxos operacionais para reconstruir o sentido da atividade, ampliar a visão do todo e fortalecer o suporte social necessário ao enfrentamento das demandas institucionais.
- (B) Implementar um programa ampliado de benefícios e ações de desconpressão, incentivando práticas de bem-estar no cotidiano laboral como estratégia de mitigação dos efeitos psicossociais associados ao estresse funcional.
- (C) Priorizar a conformidade das estações de trabalho às normas de ergonomia e segurança, assegurando adequação das condições físicas e objetivas para a execução das tarefas.
- (D) Integrar a política de bem-estar à lógica da gestão por resultados, estabelecendo critérios de participação em programas de valorização profissional associados ao cumprimento de metas e à assiduidade.
- (E) Fortalecer o aparato de saúde ocupacional para aprimorar o monitoramento epidemiológico, identificando precocemente agravos funcionais e orientando o tratamento clínico dos servidores na rede credenciada.

23

Você assumiu a Superintendência de Gestão de Pessoas de uma Secretaria de Estado e recebeu o relatório consolidado para subsidiar o novo Planejamento Estratégico. O documento reúne informações dos últimos dois anos, provenientes do Censo Funcional, Avaliação de Desempenho (ADI), Pesquisa de Clima e Mapeamento de Trajetórias Profissionais.

DADOS DO DIAGNÓSTICO**1. Demografia e Estrutura**

- Base total: 54% mulheres, 46% homens
- Distribuição racial: 47% pessoas negras, 53% pessoas brancas
- Chefias: 12% mulheres negras, 8% homens negros, 80% pessoas brancas

2. Qualificação Acadêmica (Mestrado/Doutorado)

- Homens brancos: 44%
- Mulheres brancas: 41%
- Homens negros: 39%
- Mulheres negras: 37%

3. Avaliação de Desempenho (ADI) – Médias Gerais

- Diferença entre grupos: inferior a 2 p.p.
- Não há disparidades significativas de desempenho.

4. Trajetórias e Oportunidades**4.1 Participação em Projetos Estratégicos:**

- Homens brancos: 63%
- Mulheres brancas: 22%
- Homens negros: 9%
- Mulheres negras: 6%

4.2 Representação em Reuniões de Alto Nível:

- Homens brancos: 69%
- Mulheres brancas: 18%
- Homens negros: 7%
- Mulheres negras: 6%

5. Processos de Nomeação

- 89% das nomeações para chefia ocorreram por indicação direta, sem critérios formais.
- Justificativas de nomeação: não registradas em 94% dos casos.
- Processos seletivos estruturados: inexistentes.

6. Segurança Psicológica

Resposta à afirmação “Sinto segurança para discordar do meu gestor” — percentual que respondeu “concordo”:

- Homens brancos: 83%
- Mulheres brancas: 61%
- Homens negros: 52%
- Mulheres negras: 45%

Considerando que o objetivo estratégico da Secretaria é garantir que a estrutura de liderança reflita a diversidade e a qualificação disponível no corpo funcional, assinale a ação prioritária para corrigir as distorções estruturais identificadas:

- (A) Criar um programa de incentivo à qualificação acadêmica (Mestrado/Doutorado) focado exclusivamente em mulheres e pessoas negras, condicionando futuras nomeações à obtenção desses títulos para nivelar a competência técnica entre os grupos.
- (B) Instituir a experiência prévia em coordenação de projetos estratégicos como requisito eliminatório para novos cargos de chefia, garantindo que apenas servidores com vivência prática comprovada em alta gestão assumam posições de liderança.
- (C) Instituir critérios objetivos e rotatividade na composição de equipes de projetos estratégicos e grupos de trabalho, ampliando o acesso a experiências de alta visibilidade e formando uma base de evidências práticas para subsidiar futuros processos seletivos estruturados de liderança.
- (D) Priorizar um programa abrangente de formação das chefias em Letramento Racial, Segurança Psicológica e comunicação não violenta, apostando que a melhoria das relações interpessoais e do clima organizacional é o principal caminho para reduzir as desigualdades percebidas pelos grupos sub-representados nas trajetórias profissionais.
- (E) Formalizar o atual processo de livre nomeação instituindo a obrigatoriedade de registro documental, no qual o gestor deve declarar o tempo e a natureza do vínculo prévio com o indicado, visando aumentar a transparência sem alterar os critérios de escolha.

24

Uma agência reguladora estadual enfrenta elevada saída de profissionais altamente qualificados, especialmente engenheiros e economistas. O diagnóstico institucional revelou que esses servidores atingem rapidamente o topo remuneratório, e a única via de valorização salarial é a ocupação de funções comissionadas de direção, que são escassas e frequentemente não alinhadas ao desenvolvimento técnico das carreiras.

Com base nas práticas contemporâneas de gestão de carreiras no setor público, assinale a estratégia mais adequada para enfrentar o problema identificado:

- (A) Modificar a legislação de pessoal para detalhar exaustivamente as atribuições de cada cargo, garantindo rigidez procedimental e evitando variações na atuação cotidiana.
- (B) Implementar mecanismos de progressão baseados em demonstração de competências, desempenho e entrega de resultados, permitindo evolução remuneratória nas trilhas técnicas sem dependência de funções comissionadas.
- (C) Utilizar o tempo de efetivo exercício como critério predominante de progressão, assegurando uniformidade e reduzindo disputas internas.
- (D) Reforçar a departamentalização das carreiras, limitando a mobilidade entre áreas para preservar a especialização e evitar discontinuidades.
- (E) Vincular a ascensão aos níveis superiores da carreira essencialmente à obtenção de títulos acadêmicos formais, garantindo objetividade na avaliação da qualificação técnica.

Planejamento e Gestão Estratégica nas Organizações

25

A reforma administrativa, na qual se insere o Decreto-Lei nº 200/1967, e a criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), à época denominado Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, constituem medidas tomadas no âmbito de um plano governamental que foi o marco inaugural da fase do planejamento autoritário-tecnocrático no Brasil.

- (A) Programa de Metas, no governo Juscelino Kubitschek.
- (B) Plano Trienal, no governo João Goulart.
- (C) Plano de Ação Econômica do Governo, no governo militar de Castelo Branco.
- (D) II Plano Nacional de Desenvolvimento, no governo militar de Ernesto Geisel.
- (E) Plano Plurianual, no governo Fernando Henrique Cardoso.

26

Assinale a alternativa que corresponde a uma crítica à escola de pensamento estratégico do *Design*:

- (A) A escola do *Design* concentra-se predominantemente na explicação de como a estratégia é concebida em uma organização, negligenciando a prescrição de métodos adequados para a formulação da estratégia.
- (B) A explicitação da estratégia, conforme as premissas da escola do *Design*, pode promover a inflexibilidade organizacional, o que tem o potencial de gerar problemas para a organização, especialmente em períodos de incerteza.
- (C) A escola do *Design* enfatiza demasiadamente o aspecto da aprendizagem organizacional, em detrimento da necessidade de consistência da estratégia.
- (D) A necessidade de que a estrutura organizacional preceda a estratégia prescrita pela escola do *Design* tende a resultar em situações nas quais a estrutura se torna um obstáculo ao alcance dos objetivos estratégicos.
- (E) A adoção de rígidos, extensos e complexos procedimentos formais de formulação estratégica característicos da escola do *Design* é a principal causa da inflexibilidade organizacional que pode resultar da estratégia.

27

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre escolas da estratégia e suas premissas:

Escola

- 1 – Escola do Poder
- 2 – Escola Cognitiva
- 3 – Escola do Aprendizado

Premissas

- I. O ambiente da organização é complexo e imprevisível. Além disso, a quantidade de informação disponível é muito grande, de modo que o controle deliberado não é factível.
 - II. As estratégias nas organizações tendem a ser emergentes e a assumir mais a forma de posições e meios de iludir do que de perspectivas.
 - III. As estratégias nas organizações tendem a emergir como perspectivas na forma de conceitos, mapas, esquemas e molduras, moldando a maneira com a qual as pessoas lidam com as informações do ambiente.
- (A) 1 – I; 2 – II; 3 – III
 - (B) 1 – II; 2 – III; 3 – I
 - (C) 1 – II; 2 – I; 3 – III
 - (D) 1 – I; 2 – III; 3 – II
 - (E) 1 – III; 2 – II; 3 – I

28

Sobre o planejamento na ordem constitucional brasileira, assinale a alternativa correta:

- (A) Dada a escolha do constituinte federal de 1988 por uma economia de mercado, não há papel a ser exercido pelo Estado brasileiro no tocante ao planejamento do setor privado.
- (B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias é responsável pela ligação entre o Plano Plurianual e os Planos nacionais, regionais e setoriais de longo prazo.
- (C) A Constituição Federal de 1988 atribui ao planejamento um caráter determinante para o setor público.
- (D) Dada a escolha do constituinte federal de 1988 por uma economia planificada, o ordenamento constitucional estabelece que o planejamento é determinante para o setor privado.
- (E) Os instrumentos de planejamento orçamentário previstos no art. 165 da CF/88 – PPA, LDO e LOA – não guardam relação alguma com a função de planejamento estatal prevista no art. 174 da Carta de 1988.

29

Sobre o mapa estratégico, assinale a alternativa correta:

- (A) O mapa estratégico é a principal contribuição da ferramenta dos *Objectives and Key Results* (OKRs) para a construção de um referencial estratégico.
- (B) O mapa estratégico é estruturado em entradas, atividades, produtos, resultados e impacto.
- (C) Na elaboração do Mapa Estratégico deverá ser maximizada a quantidade de objetivos, dada a diversidade de questões que as organizações públicas precisam enfrentar.
- (D) A principal função do mapa estratégico é o acompanhamento do alcance dos objetivos.
- (E) A elaboração do mapa estratégico antecede a definição das métricas estratégicas.

30

Sobre o monitoramento e avaliação da estratégia, assinale a alternativa correta:

- (A) O monitoramento prescinde da escolha dos indicadores a serem medidos, dado que todos são importantes para o Planejamento Estratégico.
- (B) As fontes e métodos de coletas de dados são definidos apenas no momento da medição, pois é quando é possível ter essa definição com maior clareza.
- (C) O monitoramento da estratégia possui uma fase própria de planejamento, visto que é preciso definir e planejar quais indicadores serão medidos, suas fontes e seus métodos de coleta.
- (D) Em toda estratégia deverá ser realizada avaliação de impacto, pois esse é considerado o melhor método para avaliar a estratégia.
- (E) No monitoramento e avaliação da estratégia não deverão ser realizadas reuniões, pois na Administração Pública deve prevalecer a forma de comunicação escrita.

Realização

